

2

As Relações Internacionais como Relações Sociais

Nessa seção será introduzida a base teórica sobre a qual este trabalho é desenvolvido. Será retomada a linha de pensamento construtivista das Relações Internacionais com o intuito de compreender como as relações internacionais podem ser estudadas a partir de um viés sociológico. A partir disso, recuperar-se-á a leitura que Onuf faz sobre Giddens e em seguida a análise “goffmaniana” do *frame* e da ação dos movimentos sociais na criação de novas interpretações. Tais noções serão retomadas ao final do trabalho, quando elas serão aplicadas numa análise específica sobre o caso das campanhas internacionais pelo banimento das minas terrestres.

O arcabouço teórico de Relações Internacionais é comumente estudado tendo como base a diferenciação entre as principais vertentes teóricas e o estudo dos debates possíveis entre elas. Dessa forma, desde a década de 1920 é possível identificar quatro debates entre as formas de se analisar as relações internacionais¹. O quarto e mais recente debate teve seu início na década de 1990 e aconteceu entre Construtivistas, Racionalistas e Reflexivistas. Seu foco era principalmente tratar de questões ontológicas das ciências sociais, abordando as possíveis interpretações da correlação existente entre os aspectos sociais e as capacidades materiais nas relações internacionais (WIENER, 2006, p. 2). As ideias fruto deste debate e principalmente a contribuição que o Construtivismo teve para as Relações Internacionais têm uma relação direta com o trabalho aqui desenvolvido. O pensamento construtivista foi responsável de forma central pela incorporação da sociologia aos estudos das Relações Internacionais. Este trabalho faz parte deste movimento e tem no Construtivismo a base do pensamento analítico aqui desenvolvido.

¹ A categorização das teorias de Relações Internacionais em pequenos grupos reconhecidamente apresenta inúmeras limitações, principalmente porque alguns autores dificilmente se encaixam nas categorias estabelecidas. Apesar disto, este esquema é utilizado aqui

A fim de entendermos o que o Construtivismo significou para as Relações Internacionais, é importante termos em mente que na década anterior ao que chamamos de quarto debate, ou seja, a década de 1980, as Relações Internacionais passavam por um momento de grandes divergências. Nesse período o pensamento positivista, até então predominante, passou a sofrer fortes críticas, assim como os estudos que abordavam as ciências sociais como ciências naturais (ONUF, 2001, p. 9). Alguns autores (pós-estruturalistas e pós-positivistas) passaram a questionar a capacidade do ser humano de interpretar o mundo e consequentemente produzir conhecimento. Assim, o debate teórico das RI teve grande parte de sua atenção direcionada a questões epistemológicas (ONUF, 2001, p. 9).

Com o intuito de fugir desse debate epistemológico e numa tentativa de ligar, como uma ponte, o positivismo social com os desafios da modernidade, foi proposta paralelamente uma discussão no âmbito ontológico (ONUF, 2001, p. 10). Isto é o que denominamos aqui de Construtivismo, o qual teve como um dos principais marcos históricos a publicação de *World of Our Making* (1989) de Nicholas Onuf², autor responsável pela introdução do termo “construtivismo” no campo das RI. Dessa forma, Onuf buscou diferenciar sua abordagem tanto do pensamento positivista, quanto das linhas teóricas pós-modernas.

Segundo esse autor, a principal diferença entre o Construtivismo e o Positivismo é a concepção que o primeiro tem sobre a linguagem, a qual não apenas representa o mundo como ele é, mas também constitui o mundo social (ONUF, 2001, p. 10). Ou seja, as palavras têm um papel essencial na constituição da sociedade, visto que além de representativas elas são também performativas, uma vez que representam a ação ao mesmo tempo em que a performam (ONUF, 1989, p. 82). Isto nos permite dizer que para o Construtivismo mais do que os aspectos materiais, o aspecto ideacional também constitui o mundo, não havendo predominância de um sobre o outro.

Já entre o Pós-Modernismo e o Construtivismo, uma das principais diferenças deriva do fato de que o Construtivismo não nega a possibilidade de produção de conhecimento significativo sobre o mundo em que vivemos (ONUF, 2001, p. 10). Segundo Onuf, o Pós-Modernismo não estabelece direções, nega

simplesmente com a função de uma ferramenta analítica, não prejudicando a análise central sobre o processo de proibição das minas terrestres.

teorias e parodia métodos. Dessa forma, essa teoria veria a política como uma subversão retórica ao mesmo tempo em que faz um exercício retórico (ONUF, 1989, p. 12). Na opinião de Onuf, o Pós-Modernismo acaba focando no extremo ideacional, o que acaba por prejudicar seu exercício teórico.

O Construtivismo, como já dito, não dá maior relevância para nenhum dos aspectos tanto os sociais quanto os materiais ao analisar as relações internacionais. Isto foi possível com a tomada de linhas de pensamento das ciências sociais e da ação coletiva. Onuf recupera vários autores destas linhas, dentre eles: Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Ludwig Wittgenstein. Com base nestes autores ele foi capaz de apresentar uma nova forma de se estudar as relações internacionais. Esta seria por meio principalmente da análise de atos de fala e das normas como reguladoras e constitutivas da sociedade.

Onuf apresenta três premissas centrais que estruturam sua visão do Construtivismo em sua obra *World of Our Making*, as quais nos permitem compreender os pontos centrais de sua proposta: A primeira delas defende que qualquer conjunto de relações sociais, como as relações internacionais, sempre deve ser considerado como um processo no qual os agentes e seus mundos constituem uns aos outros. Isto implica que não existe determinação de um sobre o outro. A segunda premissa afirma que discursos e suas derivações, dentre elas regras e políticas, são o meio para a construção social. Os atores internacionais dependem da linguagem para expressar seus desejos, transformá-los em objetivos e finalmente para agir em busca de seus objetivos. Por último, a terceira premissa trata da questão dos aspectos materiais e sociais na análise e explica que são as regras que transformam materiais disponíveis em recursos e eventualmente em oportunidades assimétricas de controle de distribuição dos benefícios. Esta é a função das regras e elas se encontram em todas as sociedades, inclusive na sociedade internacional (ONUF, 2001, p. 10).

Contudo, apesar de apresentar tais preceitos, o intuito não era responder a todas as perguntas que essa nova abordagem traria à tona. Isto porque o Construtivismo, segundo Onuf, não deve ser visto uma teoria em si, mas como um sistema (*framework*), que permite aos observadores a proposição de teorias e explicações gerais sobre o que acontece no mundo (ONUF, 2001, p. 17). Ele deixa

² Além desse, outros autores centrais para o Construtivismo são Alexander Wendt e Peter Katzenstein.

claro que seu objetivo em *World of Our Making* era acoplar um grande número de diferentes materiais teóricos de várias disciplinas, pois ele acreditava que as Relações Internacionais necessitavam de um sistema desse tipo (ONUF, 2001, p. 17).

Consequentemente, diversas abordagens foram desenvolvidas sob o âmbito do Construtivismo. Alguns autores como James Ferguson, James Keeley e Richard Price desenvolveram um construtivismo com base no pensamento de Foucault. Outros autores se dedicaram aos estudos do comportamento organizacional como Martha Finnemore e Michael Barnett. Além desses, Kathryn Sikkink e Margaret Keck trabalharam com a teoria dos movimentos sociais. Dessa forma, a fim de acompanhar essa tendência, serão explorados neste trabalho apenas alguns dos aspectos centrais do Construtivismo de Onuf, principalmente sobre a importância das normas como meio para transformação das relações sociais. Sendo que mais adiante serão aprofundadas outras questões com base em outros autores com linhas de pensamento das ciências sociais.

Segundo Onuf, a despeito de haver uma anarquia internacional nos termos formais, ou seja, ausência de uma autoridade central no sistema internacional, não se deve considerar que também haja uma anarquia internacional substantivamente. As relações internacionais, vistas como relações sociais, podem e contêm evidências de serem arranjos de regras (ONUF, 1989, p. 164). O construtivismo acredita que existem regras as quais guiam as relações internacionais com a dupla função de constituir e regulamentar essa interação. As regras podem ser identificadas de acordo com seu grau de formalidade, sendo elas tratadas como leis, normas ou convenções sociais. Mas para o Construtivismo, independentemente dessa diferença, tanto as regras formais, quanto as informais desempenham as mesmas funções e da mesma forma (ONUF, 2001, p. 13). Assim, tratados internacionais, códigos escritos e procedimentos de tribunais internacionais podem ser considerados como normas escritas (ONUF, 1989, p. 139). Isto nos permite concluir que eles não apenas regulamentam as relações internacionais, como também as constituem.

Além disso, é por meio das regras que é possível compreendermos a relação entre os aspectos ideacionais e materiais que co-constituem as relações sociais e as relações internacionais. Estes aspectos não são facilmente

distinguíveis para o Construtivismo, pois se considera que eles se contaminam e se sobrepõem uns aos outros (ONUF, 1989, p. 40). Dessa forma, é por meio da dupla função das regras e de sua capacidade em transformar materiais “crus” em recursos que se explica essa relação. As regras constituem os recursos ao tornar inteligíveis as condições materiais, elas fazem isto ao ligarem as condições materiais às necessidades da condição humana e aos objetivos de suas ações³. Outra forma por meio da qual elas constituem os recursos é pela definição dos termos da agência. São as regras que dizem quais agentes, em quais circunstâncias, têm acesso aos recursos necessários. Finalmente, as regras também constituem os recursos dando a alguns agentes a oportunidade de usar os materiais aos quais as regras dão acesso para fazerem e apoiarem outras regras que possam beneficiá-los. Como exemplo, Onuf diz que os agentes podem usar os materiais disponíveis a eles para influenciar as escolhas de outros agentes com relação às regras existentes (ONUF, 2001, p. 14 e 1989, p. 258).

A compreensão das funções das regras e de sua capacidade de transformar os materiais em recursos é essencial para que se entenda a relação de co-constituição da sociedade e seus membros. Esta interpretação tem como base a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens. Onuf recupera este autor e defende a análise de que o domínio básico das ciências sociais não deve ser nem o ator individual nem a sociedade em totalidade, mas a prática social exercida no tempo e no espaço. De acordo com essa teoria, as atividades humanas são recursivas e continuamente recriadas pelos atores através dos meios pelos quais eles se expressam como atores (ONUF, 1989, p. 58). Ou seja, a Teoria da Estruturação não vê primazia nem do sujeito nem do objeto para a análise das relações sociais, ambos são constituídos nas e através das práticas recorrentes (GIDDENS *apud* ONUF, 2001, p. 58).

A prática, aqui vista como repetição, ou o exercício regular das atividades humanas, está intimamente ligada ao desempenho das funções das regras na sociedade. O indivíduo adquire conhecimento das regras e se torna competente para utilizá-las por saber as consequências de suas ações. Este conhecimento implica não somente a ciência da regra, mas o domínio da forma de utilização desta ciência da regra na vida social (ONUF, 1989, p. 97). O que diz a regra, qual

³ Giddens considera também as consequências da ação, as quais não são intencionais. Contudo, este aspecto da ação não será desenvolvido neste trabalho.

o melhor contexto para que esta seja utilizada e como utilizá-la são conhecimentos relevantes para a ação individual e para a vida em sociedade. Com base no conhecimento das regras e das consequências de suas ações os agentes têm a capacidade de escolherem quais regras seguirem e quais ações tomarem de acordo com o peso de suas consequências (ONUF, 1989, p.59).

Isto significa que os indivíduos têm consciência de suas ações. É por meio dessa consciência que os indivíduos consideram as condições materiais e as regras sociais ao agirem (ONUF, 1989, p. 60). Contudo, é importante frisar que os indivíduos não têm controle sobre as consequências de suas ações nem capacidade de prever os resultados. O que existe é a motivação da ação e a consciência de seus efeitos; mas a incapacidade de domínio das consequências, principalmente em razão da interação social e da participação de outros atores, sobre os quais não se tem controle. Isso não permite que os indivíduos tenham total controle sobre as práticas sociais⁴.

O melhor termo para explicar esta consciência é a “consciência prática”. Ela se refere à consciência no sentido de que as pessoas prestam atenção aos eventos que se desenrolam a sua volta, assim como aos outros indivíduos ao redor de maneira a relacioná-los com suas ações (GIDDENS, 1989, p. 35). Dessa forma, os indivíduos têm conhecimento e reconhecimento do mundo no qual realizam suas atividades (GIDDENS, 1989, p. 35). Esta ideia tem referência na capacidade humana de refletir sobre suas ações. Tal capacidade se faz essencial para a interação com outros agentes. Isto, porque os membros da sociedade sabem, requerem, contam com e usam sua capacidade reflexiva para produzir, efetuar, reconhecer ou demonstrar o que Giddens chama de “adequação-racional de propósito” dos procedimentos utilizados e dos resultados produzidos por estes membros (GIDDENS, 1993, p. 43 e 1989, p. 35).

Resumidamente, pode-se dizer que, ao fazerem parte de um sistema de relações sociais, os indivíduos acumulam conhecimento sobre as regras que compõem esse sistema por meio da prática (atividade repetida) e da observação de suas consequências. Este conhecimento é adquirido com base na capacidade reflexiva do indivíduo de levar em consideração a interação e a circunstância na

⁴ Um exemplo é o total descontrole sobre a forma como determinado discurso é interpretado pelo outro indivíduo com o qual se interage socialmente. Ao utilizar determinadas

qual ele se insere no momento da ação. Isto com a finalidade de identificar qual regra e qual ação são mais adequadas para alcançar seus objetivos.

A reflexividade para Giddens é uma característica definidora de toda ação humana. No sentido de que todos os agentes mantêm contato com as bases de seus atos como se isto fizesse parte da própria ação. Durante todo o processo de ação o agente mantém cronicamente, sem cessar, o monitoramento de seu comportamento com relação ao ambiente externo (GIDDENS, 1993, p. 44 e 1989, p. 35). Além de levar em consideração a circunstância em que se age, ou seja, o ambiente tanto material (recursos) quando social (regras), a reflexividade também se dá em relação aos outros atores que interagem com o agente. O agente também leva em consideração como a ação será interpretada pelo interlocutor. Os indivíduos ao se relacionarem interativamente refletem sobre suas ações. Eles sabem, da mesma forma como têm a expectativa de que a ação seja realizada de forma reflexiva e também reconhecem esta expectativa mútua pela reflexividade (GIDDENS, 1989, p. 55).

Giddens retoma algumas das premissas de Erving Goffman para aprofundar sua análise sobre a questão do outro em encontros e rotinas. Porém, ele opta por não abordar as implicações que diferentes estruturas de significação teriam sobre a interação social e consequentemente sobre a prática e as regras, feita no livro *Frame Analysis* de Goffman⁵. Contudo, esta é exatamente a discussão que se busca fazer neste trabalho. Visto que os indivíduos têm consciência prática a partir também da reflexão sobre a circunstância na qual ele se encontra, fica clara a existência de um fator subjetivo na prática social. A interpretação dessa circunstância pode variar de ator para ator. Logo, o estudo da interação a partir dessa variação nos permite compreender outros aspectos das relações sociais. Assim, será necessária uma discussão direta sobre o trabalho de Goffman. Além disso, como o próprio Giddens afirma, Goffman faz menções sobre a questão da aparente relatividade de significados na interação social, mas dificilmente as resolve em seu livro. Desta forma, interpretações e assimilações da discussão sobre *frame* às ciências sociais também serão discutidas.

regras de discurso o indivíduo que fala pode ter uma motivação específica, mas isto não garante que o ouvinte a interprete exatamente desta forma (ver GIDDENS, 1989, P. 55).

⁵ Ver nota 51, Capítulo 2. (GIDDENS, 1989, p. 86).

2.1

A análise do *Frame* de Erving Goffman

Goffman teve sua rápida ascensão no campo da sociologia na década de 1960, conjuntamente com a crise que se iniciava na sociologia norte-americana neste período. As certezas providenciadas pelo Estruturalismo, pelo Funcionalismo e pela Teoria Empírica passaram a ser desafiados pela renascença do Marxismo Sociológico, e por novas perspectivas interpretativas da sociologia como a Fenomenologia, a Interação Simbólica e a Etnometodologia (SMITH, 2006, p. 2). O pensamento de Goffman é frequentemente caracterizado como Interacionalismo Simbólico, mas Greg Smith prefere não categorizar seu trabalho. Smith afirma que existem muitas tensões e ambiguidades dentro do pensamento sociológico de Goffman, o que dificulta bastante sua classificação (SMITH, 2006, p. 3). Dessa forma, ele afirma que Goffman tinha uma concepção alternativa da sociologia, pois via as próprias práticas sociológicas como fontes de crítica teórica, o que o levou a propor uma sociologia não positivista (SMITH, 2006, p. 2)

A interação face a face entre os indivíduos é o aspecto central da análise sociológica "goffmaniana" e a principal característica de seu pensamento. Ele buscou compreender a sociologia pela ordem da interação e as implicações do *self* nesta ordem (SMITH, 2006, p.1). Segundo Smith, seu principal objetivo era criar uma subárea da sociologia, a qual se dedicasse ao estudo da interação social, afirmando que ela poderia ser tratada como uma ordem social. Assim, da mesma forma que a sociedade podia ser organizada de acordo com a ordem política ou ordem econômica, ele propunha que ela fosse analisada pela ordem da interação (SMITH, 2006, p. 7). Para tal, ele produziu diversos livros com o objetivo de analisar esta interação, dentre eles *Frame Analysis* (1974).

Goffman trata a questão da interação face a face a partir de duas classificações. A primeira é chamada de interação desfocada e representa a situação em que duas ou mais pessoas estão na presença uma da outra, conscientes disso, mas não necessariamente se dirigindo uma à outra, sem se comunicar diretamente. Já a segunda classificação, a interação focada, ocorre quando os indivíduos sustentam por um período de tempo um foco único de atenção cognitiva e visual, um ao outro, por meio de conversa e jogos (GOFFMAN, 1961,

p. 7). A unidade de organização social na qual a interação focada ocorre é o que o autor chama de Encontro (GOFFMAN, 1961, p. 8).

Um Encontro é um fenômeno parcialmente isolado por ter uma percepção específica de aceitação ou não de alguns tipos de comportamento por parte de seus integrantes (GOFFMAN, 1961, p. 8). Dessa forma, sustenta-se uma ordem interna ao Encontro, que pode ser vista como um mundo de papéis e eventos específicos e que se relacionam com a dinâmica interna do Encontro (GOFFMAN, 1961, p. 31). Essa fronteira seleciona os fatores externos que adentram à esfera dessa interação, da mesma forma em que transforma e modifica o que passa através dela (GOFFMAN, 1961, p. 33). Segundo Goffman, isso ocorre por meio de algumas regras – regras de irrelevância –, as quais determinam aquilo que é excluído do Encontro. Essas regras estabelecem aos participantes do Encontro aquilo que eles devem ignorar e aquilo que eles devem dar atenção, da mesma forma em que determina comportamentos e modelos de ação mais adequados e os menos adequados (GOFFMAN, 1961, p. 33). Ou seja, essas regras têm tanto a propriedade inibidora quanto a facilitadora.

Em razão da regulamentação do Encontro, os indivíduos acabam empregando padrões de comportamento como rotinas sociais e práticas. Esses padrões, juntamente com as regras, acabam constituindo a ordem social dentro do Encontro (GOFFMAN, 1972, p. 15). O bom funcionamento das regras se baseia em dois processos importantes para a organização da vida pública: (1) a externalização e (2) o escaneamento. O primeiro seria o processo pelo qual o indivíduo explicitamente faz uso da capacidade de se expressar oralmente e também por gestos e movimentos corporais para tornar reconhecíveis fatos de sua situação, que outra vez se encontravam indisponíveis. Ao providenciar essa expressão gestual o indivíduo consegue se comunicar com os outros indivíduos, por permitir sua leitura via comunicação corporal. Da mesma forma, se um indivíduo pode se fazer legível por meio dos gestos, Goffman afirma que ele também pode induzir uma leitura equivocada. Na interação face a face, é importante entender o ponto de vista do interagente, principalmente para compreender os limites do Encontro. Daí a relevância desse tipo de comunicação gestual, haja visto que essas expressões também carregam informação sobre a opinião dos indivíduos para os demais (SMITH, 2006 p. 35). O escaneamento, por sua vez, se refere à observação desses gestos de acordo com uma determinada

área, onde se localizam os interlocutores e da qual é realizada a leitura (GOFFMAN, 1972, p. 31 e 32).

As regras agem sobre os indivíduos de duas formas centrais: (a) como uma obrigação vinculada a seu comportamento, no que tange a relação do indivíduo com os demais membros do Encontro; (b) e como uma expectativa do indivíduo, ou seja, sua capacidade de antecipar as ações que podem vir a ser tomadas ou não pelos demais indivíduos como respostas a sua atitude (GOFFMAN, 1972, p. 125). Existe um sistema de sanções vinculado às regras e que proclama o sucesso ou o fracasso do indivíduo, já que é por meio desse sistema que é possível compreender a expectativa dos demais indivíduos sobre o comportamento de um indivíduo específico. Por meio desse sistema é possível proclamar-se a conformação ou a negação do indivíduo com relação às regras do Encontro (GOFFMAN, 1972, p. 127). Da mesma forma, com base nas regras e nas informações cedidas ao indivíduo durante uma interação face a face, este é capaz de realizar um cálculo sobre suas ações. Para tal faz-se uso de duas premissas do pensamento de Goffman: uma delas é a capacidade que o indivíduo tem de controlar suas expressões. A segunda premissa diz respeito à capacidade que ele tem de moldar suas expressões a fim influenciar a forma como sua situação é compreendida, e de alguma forma influenciar como os outros indivíduos responderão a suas ações (SMITH, 2006, p. 45).

Outro aspecto interessante sobre o Encontro tratado por Goffman é a observação da utilização de rituais interpessoais, identificados como a performatização de indivíduos para outros indivíduos, que atestem a boa vontade e polidez dos interagentes (GOFFMAN, 1972, p. 89). O ritual de saudação, por exemplo, é considerado como um marco que inicia um Encontro, por um período em que o contato entre os participantes é bastante forte e regido por regras específicas, como demonstrado. Da mesma forma, quando uma terceira pessoa busca adentrar ao Encontro também é possível observar um ritual de inclusão, onde olhares e sorrisos são trocados a fim de marcar o processo de transição/inclusão (GOFFMAN, 1972, p. 105 e 106). Esses rituais marcam momentos de variação de contato, tanto de acréscimo quanto de decréscimo de aproximação entre os integrantes do Encontro, podendo então ser entendidos como rituais de acesso (GOFFMAN, 1972, p. 107).

A noção de *frame*, desenvolvida por Goffman no final de sua produção sociológica, foi fruto do aprofundamento de suas considerações experimentais sobre o senso de realidade na interação face a face (SMITH, 2006, p. 10). Em *Frame Analysis* ele buscou responder aos desafios criados com o crescimento da Etnometodologia relacionada ao desenvolvimento da Fenomenologia no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970 (SMITH, 2006, p. 55). Suas principais questões concerniam a como os indivíduos davam sentido à atividade social e à interação com relação às várias interpretações possíveis. Este aspecto da experiência social destacado por Goffman faz referência à noção de múltiplas realidades de Alfred Schutz (SMITH, 2006, p. 56).

Através do *frame*, Goffman apresenta uma nova forma de interpretação de como a experiência humana é socialmente organizada. O *frame* se refere à interpretação e à compreensão que o indivíduo faz dos acontecimentos a sua volta e, no caso da interação, das características do encontro ao qual eles integram. O termo utilizado pelo autor para defini-lo é Esquema de Interpretação (*Schemata of Interpretation*) e ele afirma que esse esquema permite ao indivíduo localizar, perceber, identificar e rotular acontecimentos de sua vida, espaço e do mundo como um todo (GOFFMAN, 1986, p. 21). Esta interpretação tem relação com a consciência prática de suas ações, visto que a forma como as atividades ao seu redor são absorvidas influencia suas ações:

Given their understanding of what it is that is going on, individuals fit their actions to this understanding and ordinarily find that the ongoing world supports this fitting. These organizational premises – sustained both in the mind and in activity – I call the frame of the activity (GOFFMAN, 1986, p. 247).

Três são os tipos de *frame* apresentados por Goffman: (1) sistema de interpretação primário (*primary framework*) é definido como um esquema elementar, social e compartilhado, que possibilita aos indivíduos a compreensão das atividades (GOFFMAN, 1986, p. 21). Este sistema é passível de transformações, visto que para este autor a interação social implica transformações na interpretação das atividades, principalmente em razão da diferença desta interpretação para cada um dos membros da sociedade. Dessa forma, o sistema primário de interpretação pode ser transformado numa (2) Chave

(*Key*) quando esta transformação é do conhecimento dos participantes da interação; ou numa (3) *Fabricação (Fabrication)*, quando alguns dos participantes da interação não têm conhecimento desta mudança e são induzidos a terem uma falsa interpretação da atividade (GOFFMAN, 1986, p. 21, 40 e 83). No caso do trabalho aqui desenvolvido, o fenômeno de criação de novos Esquemas de Interpretação pelos movimentos sociais pode ser identificado como a criação de Chaves, visto que não existe a persuasão de uma falsa interpretação. Esta ideia está ligada ao conceito de transformação do *frame* que será abordado mais adiante.

Frame Analysis é o único trabalho em que Goffman realiza um estudo sobre a capacidade que os indivíduos têm de interagir por meio de diferentes interpretações da realidade. O indivíduo é o centro dessa análise e diversas são as situações e os exemplos expostos pelo autor nessa obra. Entretanto, veremos que derivados dessa ideia de *frame* cientistas sociais posteriores a Goffman recuperaram seu argumento e buscaram desenvolvê-lo a fim de analisar o comportamento dos movimentos sociais enquanto atores que também, por meio de um Esquema de Interpretação coletivo, interpretam a realidade de forma bastante específica. É a partir desses autores que nosso estudo sobre os movimentos sociais será feita a partir daqui.

2.2

Os Novos Significados e os Movimentos Sociais

Dois são os principais autores responsáveis pela análise “goffmaniana” da criação desses Esquemas pelos movimentos sociais. David Snow e Robert Benford argumentam que os movimentos sociais, como expressão da ação coletiva de seus integrantes, podem se relacionar com a construção de Esquemas de Interpretação e com a designação de significado e interpretação a eventos relevantes para a mobilização e adesão de integrantes em potencial (MCADAM, 2006, p. 338). A partir da concepção de agentes conscientes que monitoram reflexivamente suas ações, pode-se concluir que os indivíduos, organizados em movimentos sociais, são capazes de moldar os significados sociais com o objetivo de legitimar seus esforços de acordo com seus motivos (KECK & SIKKINK,

1998, p. 35). Assim, como os agentes sociais individuais que guiam suas ações em busca de seus objetivos por meio dos *frames*, Snow e Benford defendem que a ação coletiva visa a, pela criação de novos Esquemas, atrair apoio, demonstrar suas intenções e ganhar atenção. Além disso, a interpretação dessas organizações influencia fortemente as formas de aquisição de recursos e suas medidas de ação (SNOW *et al.*, 1986, p. 466).

Contudo, antes de tratar dos processos de formulação de *frames* pelos movimentos sociais faz-se necessária a introdução de alguns conceitos e elementos chave como o fenômeno da globalização e sua relação com a maior importância política dos movimentos sociais. Esses atores, assim como outros agentes da sociedade civil teve no século XX, principalmente após a Guerra Fria, a intensificação de seu papel como agente político doméstico e internacional. Pode-se dizer que durante o século XX, com a globalização e a evolução das viagens e da comunicação, houve um reforço das atividades globalizadas e transnacionalizadas nos campos da política, da economia, militar e cultural, o que acarretou em novas divisões geográficas e sociais (KALDOR, 2006, p. 208). Além disso, os meios de comunicação abstratos passaram a substituir relações pessoais presenciais, e a comunicação deixou de ser limitada às fronteiras territoriais (KALDOR, 2006, p. 207).

Uma das formas de se entender o que vem a ser globalização é pela variação da intensidade das relações mundiais, as quais envolvem de redes de interdependência a distâncias multicontinentais⁶. Tais redes seriam ligadas por fluxos de influência do capital, bens, informações e ideias, pessoas, poder e meio ambiente (KEOHANE & NYE, 2000, p. 2). Duas características permitem a compreensão dessas redes: a primeira determina que elas devem ser vistas como relações multiníveis, mais do que simples ligações entre os países. O segundo aspecto trata do caráter global dessas redes, implicando assim distâncias multicontinentais e não somente redes regionais. Apesar disso, vale apontar que o caráter global não necessariamente implica em homogeneidade universal, podendo ocorrer redes em diferentes intensidades em diferentes pontos geográficos do globo (KEOHANE & NYE, 2000, p. 2).

⁶ O termo defendido por Keohane e Nye é globalismo. Ou seja, a globalização é a variação da intensidade do globalismo.

Tais vias de conexão são um fenômeno antigo, passíveis a variações em sua intensidade. Essa variação é identificada por esses autores como o fenômeno da globalização, a qual pode ser definida como o aumento da força das redes de conexão tanto em quantidade quanto em densidade (KEOHANE & NYE, 2000, p. 7). Pode-se dizer que os efeitos dos eventos em uma área geográfica específica são capazes de atingir uma dimensão tal que possibilita efeitos profundos também sobre outra área geográfica (KEOHANE & NYE, 2000, p. 11).

Entretanto, outros aspectos também devem ser considerados no entendimento do que vem a ser o fenômeno de globalização. Scholte define globalização como a redução das barreiras entre os contatos sociais de forma “transmundial”. Dessa forma, além dos Estados, as pessoas tornam-se capazes fisicamente, legalmente, linguisticamente, culturalmente e psicologicamente de engajarem umas com as outras, independente de onde no planeta elas estiverem. Ou seja, globalização significa uma transformação do espaço social (SCHOLTE, 2005, p. 59). A partir dessa concepção entende-se que o globo, enquanto o planeta Terra, deixa de ser visto como uma coleção de pequenas unidades geográficas como continentes, regiões e países e passa a ser visto como uma arena de vida social (SCHOLTE, 2005, p. 61).

Essas mudanças acarretaram em transformações em diversos aspectos da política internacional como processos e instituições (formais e informais) que guiam e controlam as atividades coletivas internacionais. Da mesma forma que foram afetados processos de interação entre os atores e as normas reguladoras dos padrões de comportamento (KEOHANE & NYE, 2000, p. 19). Por isso, houve a necessidade de adaptação à nova dinâmica das relações internacionais, especialmente no que concerne a participação e a inserção de novos atores na política internacional. Esse foi um dos principais desafios gerados pela globalização e será tratado com especial atenção neste trabalho (KEOHANE & NYE, 2000, p. 22).

Com a globalização houve a difusão da autoridade política acarretando dentre outras consequências na inserção de relações multiníveis nos processos internos à política internacional⁷ (NORIS, 2000, p. 155). Pela intensificação das

⁷ A autora também afirma que da mesma forma que a globalização dá poder a diferentes atores através das fronteiras estatais ela também intensifica nacionalismos (NORIS, 2000, p. 157 e 158).

relações de interdependência, assim como pelo desenvolvimento tecnológico e pela maior facilidade de transporte e de comunicação, acarretando na diminuição do custo do acesso a informações, a globalização permitiu a maior participação no debate de política internacional de atores não-estatais. Integram esse grupo organizações e instituições do primeiro, segundo e terceiro setor, como empresas privadas, subunidades governamentais, organizações internacionais, organizações religiosas e ONGs (BROWN *et al.*, 2000, p. 275).

Este contexto específico de globalização e da ascensão dos novos atores na política internacional foi capaz de criar oportunidades de mobilização e de ação política, principalmente pela consequente notoriedade de contradições, que até então não haviam sido identificadas (ZALD, 2006, p. 268). Segundo Zald, essas contradições são eventos comportamentais que remodelam ou desafiam definições prévias de determinada situação, mudando percepções de custo e benefício político, assim como percepções de injustiça do *status quo*, o que permite a redefinição de queixas e injustiças (ZALD, 2006, p. 268). O aparecimento dessas contradições permite que significados previamente estabelecidos sejam questionados e se inicie a busca por novas interpretações. Alguns grupos se veem mais afetados por estas contradições do que outros, assim como alguns também se veem mais dispostos a modificar a forma como estas situações eram correntemente percebidas.

Dessa forma, novos desafios surgiram internacionalmente no que tange a manutenção das práticas da política internacional. Questões de transparência e responsabilidade se acentuaram com a ação dos novos atores (KEOHANE & NYE, 2000, p. 29). Além disso, a formulação e a interpretação das regras se tornaram mais plurais, e deixaram de ser atividades exclusivas aos Estados-nacionais (KEOHANE & NYE, 2000, p. 37). Dentre as medidas tomadas com relação a esse aspecto temos a inclusão dos novos atores às instituições de cooperação internacional, principalmente nos debates internos às Organizações Internacionais (KEOHANE & NYE, 2000, p. 31). O intuito foi permitir que aqueles que conquistam voz por meio da atuação dessas organizações sejam ouvidos e considerados ao longo dos processos de formulação e negociação de políticas internacionais.

É interessante observar que a participação das ONGs na política internacional não é uma atividade estritamente atual. Entretanto, o que é

característico da recente atuação internacional desses atores, principalmente em razão da globalização, é a explosão do número de atividades e da visibilidade conquistada por essas iniciativas (BROWN *et al.*, 2000, p. 272). Houve o aumento da relevância política da sociedade civil como um todo e também a expansão de sua atuação para além das fronteiras estatais. Isto permitiu com que as ONGs se destacassem entre as formas de atuação da sociedade civil.

Diversas são as formas possíveis de se identificar a sociedade civil. Nesse trabalho ela pode ser vista como uma área de atuação política e de associação, que busca ser independente da esfera estatal e do mercado, na qual os cidadãos podem organizar seus interesses e perseguir seus propósitos de forma coletiva ou individual (BROWN *et al.*, 2000, p. 275). As associações da sociedade civil permitem a conjunção de indivíduos que compartilham de uma mesma questão política e que, em razão disso, buscam modificar as regras formais e informais que regulam a vida social (SCHOLTE, 2005, p. 218).

Com a globalização, a sociedade civil passou a ser integrada por princípios compartilhados transnacionalmente ao mesmo tempo em que sua ação passou a ter um alcance mundial. Diversas são as formas e os conceitos criados para tratar desse fenômeno. Mary Kaldor, por exemplo, sustenta o conceito de sociedade civil transnacional formada por grupos, indivíduos e instituições preocupados com questões públicas e crentes dos valores cívicos⁸ (KALDOR, 2006, p. 210). Keck e Sikkink trabalham essa questão por meio das redes transnacionais de *advocacy*, assim como Martin Shaw⁹ defende a existência de uma sociedade civil global dotada de uma consciência global¹⁰. Contudo, a despeito dessas diversas denominações, o importante é ter em mente que com a globalização e seus efeitos

⁸ Por valores cívicos entende-se a ideia de civilidade originalmente vinculada nos séculos XVII e XVIII ao conceito de sociedade civil. Este se referia ao respeito pela autonomia individual baseada na segurança e na confiança entre as pessoas. Sociedade civil implicava a regulamentação do comportamento, a existência de regras de conduta e o respeito à lei e a não violência (KALDOR, 2006, p. 196).

⁹ Ver SHAW, 2006.

¹⁰ Buscar-se-á desenvolver esse debate em torno da atuação transnacional da sociedade civil na tese a ser desenvolvida no programa de doutorado. Entretanto, vale afirmar que dificilmente o atravessamento da atuação da sociedade civil pode ser encarada como a formação de uma sociedade civil global, porque a maioria dos cidadãos que integram ONGs e movimentos sociais internacionais fazem parte de uma pequena parcela da população do mundo. Fatores como idade, localização geográfica e nível de escolaridade tem relação com a parcela de indivíduos que atuam nessas organizações. Pippa Noris demonstra que as gerações mais novas são mais afetadas pela globalização. Além disso, a maioria desses indivíduos mora no continente Americano, na zona urbana, é masculina e tem alta escolaridade. O que demonstra incompatibilidade desse grupo de pessoas com o termo global (NORIS, 2000, p. 164).

sobre a política internacional, houve também a intensificação e a expansão das relações entre as pessoas no mundo, possibilitando a formulação de conjuntos com interesses e perspectivas diferentes das do Estado. Essas organizações passaram a agir e a exercer pressão sobre os Estados domesticamente, internacionalmente e pela participação em instituições internacionais.

As redes entre as ONGs tem um papel central no que concerne a atuação dessas organizações na política internacional, sobretudo no que tange às trocas de informações. Com o desenvolvimento de tecnologias tanto de transporte intercontinental, quanto de comunicação permitiu o maior fluxo de informações e tornou a formação dessas redes, associações e alianças de ONGs menos custosas (BROWN *et al.*, 2000, p. 280). Isto, pois os atores internacionais não tradicionais são bastante hábeis em mobilizar estrategicamente informações, as quais ajudam na criação de novas questões e categorias, assim como na persuasão e na pressão de organizações e governos (KECK & SIKKINK, 1998, p. 2). Por meio da produção de dados distintos eles conseguem fazer novas perguntas, ao mesmo tempo em que formulam novas categorias de análise de questões de política internacional. A aquisição e a produção de maior conhecimento sobre a realidade os permitem inovar na forma em que ela é tradicionalmente abordada e alterar os contextos de informações e de valores nos quais as políticas são elaboradas (KECK & SIKKINK, 1998, p.17). Por meio da criação de novos significados e pela prática de atividades coerentes com esses novos valores os movimentos sociais buscam mudanças nas decisões e nas práticas políticas internacionais e uma forma possível é pela alteração das regras e das normas sociais.

A partir disso, podemos retomar a discussão feita por Benford e Snow sobre a construção de um Esquema de Interpretação coletivo pelos movimentos sociais. Eles afirmam que a formação desse Esquema deve ser analisada como um processo dinâmico, que vai além da agregação e somatória das interpretações individuais, como o produto da negociação entre estes significados, que acarreta no compartilhamento de uma interpretação coletiva comum (BENFORD & SNOW, 2000, p. 614). A partir de uma visão mais ampla, podem-se identificar duas características que se destacam neste esquema de interpretação coletiva: a primeira diz respeito à função de ação-orientada deste *frame*, ou seja, o novo esquema de interpretação dos movimentos sociais teria como característica a

função de seguir e confirmar tarefas e objetivos almejados por estes movimentos. A segunda característica diz respeito ao processo de formação em si, o qual é interativo e discursivo, assistindo aos objetivos e tarefas e que é capaz de gerar um *frame* de ação coletiva (BENFORD & SNOW, 2000, p. 615).

Sobre o processo de formação interativo e discursivo, este será explorado mais adiante. Já sobre as tarefas que o *frame* segue, Snow e Benford apresentam três, as quais se envolvem diretamente no processo de negociação de um significado comum para os integrantes do movimento. A primeira tarefa é identificada como “significado-diagnóstico” e se refere diretamente ao que Gamson chama de “*frames* de injustiça” (GAMSON *apud* BENFORD & SNOW, 2000, p. 615). Isto é, identifica-se a vítima e a amplificação de sua vitimização com relação à determinada realidade, conjuntamente à identificação de um culpado e a responsabilização por uma situação específica. A segunda tarefa é tratada como “significado-prognóstico”. Esta representa o estabelecimento de uma solução para a situação de injustiça identificada pela primeira tarefa, existindo assim a correspondência do prognóstico com o diagnóstico. A identificação de uma injustiça, ou seja, de um problema, de certa forma acaba constrangendo e delimitando as soluções possíveis. Por fim, a terceira tarefa, identificada como “significado-motivacional”, pode ser descrita como uma chamada por integrantes e participantes ao movimento. Ela requer características ao novo significado que permitam maior capacidade de adesão, como, por exemplo, um vocabulário específico que trate de forma ampla o problema cuja interpretação está sendo construída. Esta é a tarefa que permite a identificação do componente agencial do *frame* de ação coletiva também identificada por Gamnson (GAMSON *apud* BENFORD & SNOW, 2000, p. 617).

De forma a analisar mais profundamente a construção de um esquema de interpretação pelos movimentos sociais, Snow e Benford apresentam três processos que se sobrepõem ao longo do desenvolvimento e da inovação do *frame*: o Processo Discursivo, o Processo de Contestação e o Processo Estratégico. O Processo Discursivo se dá por meio de falas e discursos, que podem ser expressos por via escrita pelos movimentos sociais, assim como declarações e qualquer tipo de documento informativo que tenham relação com o contexto de ação dos movimentos sociais. Neste processo os *frames* podem ser gerados por meio de dois processos discursivos básicos. O primeiro é a articulação

de frame (*frame articulation*), que significa o grifo ou o destaque de questões, eventos ou crenças envolvidas com a realidade. Os elementos ressaltados têm como função estabelecer ligações e vínculos com outros diversos eventos e questões, de forma a ser a base do segundo processo discursivo básico, a pontuação de *frames* (*frame amplification/punctuation*). Neste, ocorre exatamente a conexão ou o alinhamento de eventos e experiências com o objetivo de formar recortes ou coletâneas da realidade. Tais eventos e experiências são encaixados e somados de forma a construir uma nova visão conjunta, ou seja, um novo ângulo de interpretação da realidade compartilhado pela ação social. Como exemplos de atos de comunicação que nos permitem observar este processo, os autores citam os slogans das campanhas sociais que resumem e simbolizam o *frame* criado pelo movimento e que são identificados como sinédoques da realidade (BENFORD e SNOW, 2000, p. 623).

O segundo processo dos movimentos sociais de criação de um *frame* é o Processo de Contestação. Nele, todos os atores dentro de uma ação coletiva que se envolvem na interpretação da realidade estão imersos na política da significação. Isto significa que os movimentos não são capazes de impor nenhuma versão particular da realidade em razão da variedade de desafios que confrontam todos os que se envolvem nas atividades de *framing*. Ou seja, apesar de haver um objetivo e até mesmo uma motivação na ação coletiva de significação, não existe um controle absoluto dos movimentos sobre esta ação e suas consequências. A intencionalidade não garante a previsibilidade.

Três são as formas em que os movimentos são desafiados no Processo de Contestação: o *counterframing* tem como pressuposto o ambiente em que o novo significado surge, o qual geralmente pode ser caracterizado como uma área complexa, multi-organizacional e muitas vezes multi-institucional. Este aspecto ambiental é considerado pelos movimentos sociais e acabam influenciando de certa forma a construção do novo Esquema de Interpretação. Como exemplo, tem-se a ressonância do novo Esquema com os princípios que já constituem a sociedade. Neste caso, o ambiente político e cultural, assim como as elites institucionais exercem algum tipo de influência sobre o *frame*. A relação entre os movimentos e a mídia muitas vezes pode ser identificada como uma forma de *counterframing* (BENFORD & SNOW, 2000, p. 626).

A segunda forma de contestação se dá pela disputa de *frames* interna aos movimentos. A existência de indivíduos com diferentes visões da realidade inseridos nos movimentos sociais, de certa forma, pode vir a dificultar a identificação de um prognóstico comum a um problema. Mas não necessariamente significa um impedimento para a construção do *frame*, como veremos no caso das minas. Por fim, a terceira forma que integra o Processo de Contestação é a dialética entre os *frames* e os eventos. Neste caso, observa-se que a construção de novos significados acarreta no constrangimento de futuras ações dos movimentos sociais. Estas ações, por sua vez, futuramente também acarretam em transformações nas crenças coletivas e ideias, assim como no discurso dos movimentos e assim por diante (BENFORD & SNOW, 2000, p. 627).

Finalmente, o terceiro processo de elaboração de *frames* é o Processo Estratégico. Este é um processo de *framing* que é deliberadamente e utilitariamente direcionado a um objetivo. Os *frames* são desenvolvidos e implementados para alcançar propósitos específicos como recrutar novos membros, mobilizar seus integrantes, adquirir mais recursos, etc. Isto se dá pelo *frame alignment*: uma representação da congruência existente entre alguns dos interesses, dos valores e das crenças dos indivíduos com as atividades, os objetivos e a ideologia dos movimentos sociais (SNOW *et al.*, 1986, p. 464 e BENFORD & SNOW, 2000, p. 624). Esta seria uma condição para a participação individual nos movimentos sociais e aconteceria de acordo a “micromobilização”, a qual é vista como processos de interação e comunicação que influenciam o *frame alignment*. Este processo de interação seria exercido pelo movimento social e seus atores representativos, a fim de influenciar pequenos grupos internos (SNOW *et al.*, 1986, p. 464).

Quatro são os tipos de *frame alignment*: *frame extension*, *frame transformation*, *frame bridging*, *frame amplification*. Os dois primeiros tipos de *frames alignment* representam processos de mobilização individual quando os novos significados criados pelos movimentos sociais têm pouca aderência com os significados existentes na sociedade civil. Já os dois últimos representam processos desempenhados quando existe uma maior semelhança entre os valores individuais e os do movimento social, sendo necessária simplesmente a ampliação dos conceitos e valores (SNOW *et al.*, 1986, p. 472). O *frame bridging* seria quando duas ideologias congruentes, mas estruturalmente desconectas, formam o

Esquema de Interpretação de uma mesma questão em particular. É pelo *frame bridging* que os movimentos sociais se conectam com outros movimentos sociais ou o que os autores chamam de *sentiment pools*, compreendidos como preferências de opinião fragmentadas em pequenos núcleos da sociedade (SNOW *et al.*, 1986, p. 467). Este processo se dá por meio da expansão do alcance dos movimentos sociais e pela difusão de informações entre os indivíduos e grupos pela mídia, telefone e internet (SNOW *et al.*, 1986, p. 468).

O *frame amplification* significa o esclarecimento e o revigoramento da interpretação de uma questão particular, o que ocorre pela amplificação dos valores. Os autores partem do pressuposto de que os indivíduos, ao serem submetidos a uma vasta gama de diferentes valores sociais, aqui definidos como formas de conduta, acabam hierarquizando-os. Desta forma, quando se faz o *frame* de um problema isto se dá com base nesta hierarquia de valores. A amplificação de valores seria, então, a identificação, idealização e elevação de um ou vários valores, os quais não eram priorizados pela ação coletiva (SNOW *et al.*, 1986, p. 469).

O terceiro Processo Estratégico é o *frame extension* que representa a necessidade de ampliação dos elementos ideacionais utilizados e criados pelos movimentos sociais de forma a ligá-los a interesses pessoais ou coletivos que os sustentam. Esta extensão de significados pode ocorrer através da linguagem e das imagens utilizadas em relatórios, folhetos e informativos, que buscam de alguma maneira chocar o público e envolvê-lo. Assim como a vinculação da imagem de celebridades à causa defendida pelo movimento (SNOW *et al.*, 1986, p. 472).

Finalmente, o quarto e último tipo é o *frame transformation*, o qual pode ser definido como o processo pelo qual alguns significados já existentes são transformados com o objetivo de permitir a inclusão dos novos significados produzidos pelos movimentos sociais. Esta mudança pode ocorrer de duas formas: a transformação de um domínio específico e a transformação de *frames* globais. O que seria comum às duas é a transformação não do contorno objetivo da situação, mas da forma como ela é definida e experimentada, o que é acompanhado por uma mudança também nas orientações comportamentais e nas ações dos indivíduos. Pode-se compreender isto da seguinte forma:

There is a change in the perceived seriousness of the condition such that what was previously seen as an unfortunate but tolerable situation is now defined as inexcusable, unjust, or immoral, thus connoting the adoption of an injustice frame or variation thereof (GASMON apud SNOW et al., 1986, p. 474).

Os dois tipos de transformações do *frame* se diferem com relação a alguns aspectos. As transformações de um domínio específico, como o próprio nome diz, envolvem a transformação do *frame* de um único domínio da vida social como: hábitos alimentares, atividades de lazer etc. A participação em um movimento social, muitas vezes, é dependente de mudanças no *frame* do status de algum domínio específico, ou de alguma condição, relacionamento ou prática e do status de determinado grupo de pessoas (SNOW et al., 1986, p. 475). Já a transformação de *frames* interpretativos globais trata do advento de um *frame* primário sobre outros. Este passa a funcionar como um *frame* mestre, utilizado para interpretar de outra forma eventos e experiências (SNOW et al., 1986, p. 475). Considera-se a possibilidade de que a mudança em domínios específicos possa ser fruto de uma prévia transformação global de *frames*.

Assim, busca-se a partir dos princípios teóricos e das ideias aqui desenvolvidas realizar uma análise da construção de novos *frames* das minas terrestres pelas ONGs e pelos movimentos sociais. A partir de uma análise do desenvolvimento das campanhas internacionais e transnacionais contra as minas terrestres, e dos avanços conquistados pelos movimentos sociais com relação a esta proibição, serão interpretados os vários aspectos do processo de construção deste *frame*. Veremos que apenas um dos processos estratégicos básicos de desenvolvimento do *frame alignment* não é o suficiente para que este caso seja analisado. Todos os processos estratégicos são capazes de explicar aspectos específicos das campanhas e da construção de um novo significado das minas terrestres; tamanha complexidade do problema das minas e da rede de movimentos formada para defender esta causa. É importante termos em mente os vários objetivos envolvidos na construção deste *frame* para a melhor compreensão do processo de elaboração de normas internacionais que proibiram o uso deste armamento, assim como seus efeitos sobre a prática internacional.